



# CRT-RJ

Conselho Regional dos Técnicos  
Industriais do Estado do Rio de Janeiro

R. Candelária, nº 04, Centro 1103/1202  
Rio de Janeiro - RJ CEP  
20091-020  
E-mail: [rh@crtrj.gov.br](mailto:rh@crtrj.gov.br)  
Fone: (21) 3900-9283  
[www.crtrj.gov.br](http://www.crtrj.gov.br)

## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. DO OBJETO

Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços contínuos de Apoio Administrativo e Apoio Operacional, incluindo atividades de Limpeza, Conservação e Copeiragem, com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, sob demanda, conforme as necessidades da Administração, a ser realizada mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, sob o Sistema de Registro de Preços (SRP), nos termos da legislação vigente.

Os serviços deverão ser prestados na sede do Conselho Regional dos Técnicos Industriais do Estado do Rio de Janeiro – CRT-RJ, bem como nos Escritórios Descentralizados existentes no Estado do Rio de Janeiro.

A prestação dos serviços abrangerá, ainda, todos os futuros Escritórios Descentralizados que venham a ser inaugurados durante a vigência da Ata de Registro de Preços e do contrato dela decorrente, conforme as condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

A execução dos serviços ocorrerá de forma parcelada e sob demanda, mediante solicitação da Contratante, não havendo obrigatoriedade de contratação da totalidade dos quantitativos estimados.

#### 1.1.1. Detalhamento:

LOTE 01						
ITEM	NÍVEL	CATSER	DESCRIÇÃO	VALOR SALARIAL	ESCALA	QUANTIDADE
1	Médio	5380	Assistente Administrativo - Pleno	R\$ 2.672,34	5 X 2	40



# CRT-RJ

Conselho Regional dos Técnicos  
Industriais do Estado do Rio de Janeiro

R. Candelária, nº 04, Centro 1104/1202  
Rio de Janeiro - RJ CEP  
20091-020  
E-mail: [rh@crtrj.gov.br](mailto:rh@crtrj.gov.br)  
Fone: (21) 3900-9283  
[www.crtrj.gov.br](http://www.crtrj.gov.br)

2			Assistente Administrativo - Sênior	R\$ 3.354,81	5 X 2	12
3	Médio	8729	Recepcionista Pleno	R\$ 2.958,60	5 X 2	2
TOTAL						54
LOTE 02						
ITEM	NÍVEL	CATSER	DESCRIÇÃO	VALOR SALARIAL	ESCALA	QUANTIDADE
4	Médio	24120	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, DIURNO, CONVENCIONAL, 40 HORAS SEMANAIS, COM FORNECIMENTO DE INSUMOS E EQUIPAMENTOS	R\$ 1.730,75	5 X 2	10
5		14397	COPEIRAGEM, DIURNO, CONVENCIONAL, 40 HORAS SEMANAIS.	R\$ 1.730,75	5 X 2	04
TOTAL						14

#### 1.1.2. Observações:

- a) Conforme Acórdãos TCU nº 256/2005, 290/2006 e 1.024/2007 – Plenário ficam estabelecidos valores mínimos para os salários mensais, baseados em ampla pesquisa de mercado, não infringindo o Art. 92 da 14.133, bem como o art. 5º, inciso VI, da IN SEGES/MPDG nº 05/2017. Os valores são adequados com as funções a serem executadas e com os preços praticados no mercado de trabalho.
- b) Os valores salariais constantes da tabela 1.1. constituem parâmetros mínimos referenciais de exequibilidade, definidos com base em convenção coletiva paradigma compatível com a categoria



# CRT-RJ

Conselho Regional dos Técnicos  
Industriais do Estado do Rio de Janeiro

R. Candelária, nº 04, Centro 1105/1202  
Rio de Janeiro - RJ CEP  
20091-020  
E-mail: [rh@crtrj.gov.br](mailto:rh@crtrj.gov.br)  
Fone: (21) 3900-9283  
[www.crtrj.gov.br](http://www.crtrj.gov.br)

profissional e a base territorial da execução contratual.

A adoção de valores inferiores deverá ser acompanhada de demonstração objetiva e suficiente da exequibilidade da proposta, sob pena de desclassificação, considerados riscos de comprometimento da qualidade dos serviços, da continuidade contratual e da adequada qualificação da mão de obra.

1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum com mão obra exclusiva de Apoio Administrativo e Apoio Operacional, incluindo Limpeza, Conservação e Copeiragem para atender as necessidades do CRT-RJ.

1.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são discriminados na tabela acima.

1.4. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado sucessivamente, mediante interesse das partes e comprovação de vantajosidade, observados os limites e condições previstos nos arts. 106, 107 e 111 da Lei nº 14.133/2021.

1.5. Para os cargos previstos neste Termo de Referência, os licitantes deverão considerar, na elaboração de suas propostas, os valores constantes na coluna "Valor Salarial" e dados adjacentes, os quais foram estimados com base em referências de mercado e/ou instrumentos coletivos de trabalho aplicáveis à categoria. Diante disso, os licitantes devem observar a legislação aplicável, como: legislação trabalhista e suas regências

## 1.6. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

### 1.6.1. AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

- O Serviço será executado no horário estabelecido no Apêndice I deste Termo de Referência.
- A contratada deverá atender a distribuição de funcionários conforme discriminado na planilha do Apêndice I deste Termo de Referência.
- A contratada deverá realizar o fornecimento de todos os insumos e equipamentos necessários à realização dos serviços, os quais estão descritos no Apêndice VI deste Termo de Referência.
- As empresas interessadas em participar da licitação deverão conhecer o local da execução do serviço.
- Os serviços serão contratados com base na área física a ser limpa, observadas a peculiaridade, a produtividade, a periodicidade e a frequência de cada tipo de



# CRT-RJ

Conselho Regional dos Técnicos  
Industriais do Estado do Rio de Janeiro

R. Candelária, nº 04, Centro 1106/1202  
Rio de Janeiro - RJ CEP  
20091-020  
E-mail: [rh@crtrj.gov.br](mailto:rh@crtrj.gov.br)  
Fone: (21) 3900-9283  
[www.crtrj.gov.br](http://www.crtrj.gov.br)

serviço e das condições do local objeto da contratação.

Para fins de dimensionamento da equipe de limpeza e conservação, será adotado como parâmetro de produtividade a estimativa de 01 (um) Auxiliar de Serviços Gerais – ASG para cada 600 m<sup>2</sup> à 800 m<sup>2</sup> de área administrativa, observadas as características específicas de cada ambiente, tais como fluxo de pessoas, quantidade de sanitários, áreas de circulação, copas, salas administrativas e necessidade de higienização contínua.

O quantitativo poderá ser ajustado pela Administração sempre que as condições operacionais, o grau de utilização dos espaços ou a complexidade dos serviços demandarem adequação da força de trabalho, visando assegurar a manutenção da limpeza, conservação e salubridade das instalações.

## **ÁREAS INTERNAS: DIARIAMENTE, UMA VEZ QUANDO NÃO EXPLICITADO.**

- Remover, com pano úmido, o pó das mesas, armários, arquivos, prateleiras, persianas, bem como dos demais móveis existentes, inclusive aparelhos elétricos, extintores de incêndio, etc.;
- Remover capachos e tapetes, procedendo a sua limpeza e aspirando o pó;
- Aspirar o pó em todo o piso acarpetado;
- Proceder à lavagem de bacias, assentos e pias dos sanitários com saneante domissanitário desinfetante, duas vezes ao dia;
- Varrer, passar pano úmido nos balcões e nos pisos.
- Limpar com saneantes domissanitários os pisos dos sanitários, copas e outras áreas molhadas, uma vez ao dia;
- Abastecer com papel toalha, higiênico e sabonete líquido os sanitários, quando necessário;
- Retirar o pó dos telefones com flanela e produtos adequados;
- Passar pano úmido com álcool nos tampos das mesas e assentos dos refeitórios antes e após as refeições;
- Retirar o lixo duas vezes ao dia, acondicionando-o em sacos plásticos de cem litros, removendo-os para local indicado pela Administração;
- Limpar os corrimãos;
- Executar demais serviços considerados necessários à frequência diária.

## **SEMANALMENTE, UMA VEZ, QUANDO NÃO EXPLICITADO.**

- Limpar atrás dos móveis, computadores, armários, arquivos e afins;





# CRT-RJ

Conselho Regional dos Técnicos  
Industriais do Estado do Rio de Janeiro

R. Candelária, nº 04, Centro 1107/1202  
Rio de Janeiro - RJ CEP  
20091-020  
E-mail: [rh@crtrj.gov.br](mailto:rh@crtrj.gov.br)  
Fone: (21) 3900-9283  
[www.crtrj.gov.br](http://www.crtrj.gov.br)

- Limpar, com produto apropriado, as forrações de couro ou plástico em assentos e poltronas;
- Limpar e polir todos os metais, como válvulas, registros, sifões, fechaduras, etc.;
- Passar pano úmido com saneantes domissanitários nos telefones;
- Limpar os espelhos com pano umedecido em álcool, duas vezes por semana;
- Retirar o pó e resíduos, com pano úmido, dos quadros em geral;
- Executar demais serviços considerados necessários à frequência semanal.

### **MENSALMENTE, UMA VEZ.**

- Limpar todas as luminárias por dentro e por fora;
- Limpar forros, paredes e rodapés;
- Limpar cortinas, com equipamentos e acessórios adequados;
- Limpar persianas com produtos adequados;
- Remover manchas de paredes;
- Limpar e lubrificar portas, grades, basculantes, janelas (de malha, enrolar, pantográfica, correr, etc.);
- Proceder a uma revisão minuciosa de todos os serviços prestados durante o mês.

### **ANUALMENTE, UMA VEZ QUANDO NÃO EXPLICITADO.**

- Efetuar lavagem das áreas acarpetadas previstas em contrato;

### **FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS:**

- Todos os materiais, incluindo sacos de lixo e equipamentos necessários para a execução de serviços, deverão ser de **PRIMEIRA QUALIDADE** e correrão por conta da contratada.
- Os sacos de lixo deverão ser biodegradáveis, bem como o papel higiênico e o papel toalha, que deverão ser brancos e de boa qualidade.
- Caberá à contratada toda e qualquer despesa decorrente da manutenção e conservação dos equipamentos utilizados nos serviços de limpeza;
- O material e o equipamento necessários à execução do serviço deverão ser separados e acondicionados em lugar próprio, determinado pelo Conselho Regional dos Técnicos Industriais do Estado do Rio de Janeiro – CRT/RJ, obrigando-se a contratada a fornecer o material de consumo médio mensal, a cada primeiro segundo dia útil de cada mês, acompanhado da respectiva nota



# CRT-RJ

Conselho Regional dos Técnicos  
Industriais do Estado do Rio de Janeiro

R. Candelária, nº 04, Centro 1108/1202  
Rio de Janeiro - RJ CEP  
20091-020  
E-mail: [rh@crtrj.gov.br](mailto:rh@crtrj.gov.br)  
Fone: (21) 3900-9283  
[www.crtrj.gov.br](http://www.crtrj.gov.br)

fiscal, sem prejuízo de maior suprimento, caso necessário e devidamente justificado;

- Para a execução dos serviços terão que ser empregados, obrigatoriamente, entre outros, os seguintes equipamentos: aspiradores de pó industriais e domésticos, escadas com 04 (quatro) degraus e equipamento para limpeza de carpete;
- Cabe à CONTRATADA o fornecimento de substâncias e materiais destinados à higienização, desinfecção dos ambientes, assim como, equipamentos de proteção individual (EPIs) em bom estado de utilização aos seus funcionários, prezando pela saúde e segurança durante a prestação dos serviços.
- A contratada deverá observar as recomendações técnicas e legais para o fornecimento dos saneantes domissanitários, sacos de lixo, papel higiênico, produtos químicos, etc.
- Quando solicitada a CONTRATADA deverá apresentar a composição química dos produtos utilizados na prestação do serviço.
- Fica vedada a utilização de sanitários domissanitários listados no Art. 5º da Resolução nº 336/1999 na prestação dos serviços, conforme Resolução - RDC nº 184 de 22/10/2001.
- A lista dos materiais/insumos e equipamentos necessários à execução deste contrato consta da relação elencada no Apêndice VI deste Termo de Referência e deverá ser considerada para a elaboração da proposta, devendo constar de cobrança específica, destacada da cobrança relacionada à mão de obra.

## COPEIRAGEM

O Serviço será executado no horário estabelecido neste Termo de Referência.

- A contratada deverá atender a distribuição de funcionários conforme discriminado na planilha do Apêndice I deste Termo de Referência.

Manter sob sua guarda, no refeitório e copas, serviços de mesa, pratos, talheres e outros complementos necessários.

- Lavar, enxugar, polir, esterilizar pratos, talheres, copos, terrinas, vasilhames e outros objetos de usos na mesa.
- Zelar para que os utensílios estejam sempre em perfeita condição de utilização, funcionamento, higiene e segurança.
- Retirar os pratos do local das refeições, levando-os à copa;



# CRT-RJ

Conselho Regional dos Técnicos  
Industriais do Estado do Rio de Janeiro

R. Candelária, nº 04, Centro 1109/1202  
Rio de Janeiro - RJ CEP  
20091-020  
E-mail: [rh@crtrj.gov.br](mailto:rh@crtrj.gov.br)  
Fone: (21) 3900-9283  
[www.crtrj.gov.br](http://www.crtrj.gov.br)

- Operar com aparelhos de preparação ou manipulação de gêneros de alimentação de aquecimento ou refrigeração, elétricos ou não, e outros de esterilização.
- Servir refeições ou bebidas nos gabinetes, salões, salas de reuniões, salas de conferências e em outros locais determinados.
- Preparo de café, chás e outras bebidas.
- Executar quaisquer outros encargos semelhantes, pertinentes ao desempenho da função.

## 2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A justificativa e o objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, anexo a este Termo de Referência.

2.2. A contratação **sob demanda** justifica-se pela necessidade de adequação do quantitativo de profissionais às oscilações das atividades administrativas, evitando a ociosidade ou a insuficiência de mão de obra, garantindo maior eficiência na gestão dos recursos públicos.

2.3. A natureza da atividade a ser contratada é classificada como despesa de custeio, nos termos do inciso III do §2º do art. 2º do Decreto nº 7.689/2012 e do inciso II do art. 3º da Portaria nº 249/2012.

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico nos Estudos Técnicos Preliminares, anexo deste Termo de Referência.

## 4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Trata-se de serviço comum, com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, sob o Sistema de Registro de Preços (SRP).

4.2. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Unitário.

4.3. O critério de julgamento da proposta é o menor preço.

4.4. As regras de desempate entre propostas são discriminadas no edital.



# CRT-RJ

Conselho Regional dos Técnicos  
Industriais do Estado do Rio de Janeiro

R. Candelária, nº 04, Centro 1110/1202  
Rio de Janeiro - RJ CEP  
20091-020  
E-mail: [rh@crtrj.gov.br](mailto:rh@crtrj.gov.br)  
Fone: (21) 3900-9283  
[www.crtrj.gov.br](http://www.crtrj.gov.br)

4.5. A presente licitação será realizada em 02 (dois) lotes, onde o licitante deverá arrematar todos os itens que tiverem no lote.

4.6. A divisão da contratação em 02 (dois) lotes distintos, sendo um destinado aos serviços de apoio administrativo e outro aos serviços de limpeza, conservação, ASG e copeiragem, fundamenta-se nos princípios da eficiência, competitividade e especialização previstos na Lei nº 14.133/2021.

A segregação dos serviços busca assegurar maior eficiência operacional e melhor gestão contratual, considerando que as atividades administrativas possuem natureza técnica e operacional diversa dos serviços de limpeza, conservação e copeiragem, exigindo perfis profissionais, rotinas de execução, supervisão e metodologias distintas.

A medida também visa ampliar a competitividade do certame, possibilitando a participação de empresas especializadas em cada segmento específico de prestação de serviços terceirizados, em conformidade com o princípio do parcelamento previsto no art. 40, inciso V, alínea “b”, da Lei nº 14.133/2021, observada a viabilidade técnica e econômica da contratação.

Além disso, a divisão por lotes contribui para o aprimoramento da fiscalização contratual, mitigação de riscos operacionais, maior controle da execução dos serviços e melhor adequação da gestão dos postos de trabalho às necessidades da Administração.

4.7. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.8. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

## 5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Conforme Estudos Técnicos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1. São requisitos necessários ao atendimento da necessidade do CRT-RJ que as futuras licitantes interessadas no certame para a presente contratação, apresentem as qualificações técnico/operacionais descritas no item 24 deste Termo de Referência e no Estudo Técnico Preliminar.

5.1.2. Os serviços objeto da presente demanda são de natureza continuada, conforme prevê o artigo 15, da Instrução Normativa nº 05/2017/MPOG e





# CRT-RJ

Conselho Regional dos Técnicos  
Industriais do Estado do Rio de Janeiro

R. Candelária, nº 04, Centro 1111/1202  
Rio de Janeiro - RJ CEP  
20091-020  
E-mail: [rh@crtrj.gov.br](mailto:rh@crtrj.gov.br)  
Fone: (21) 3900-9283  
[www.crtrj.gov.br](http://www.crtrj.gov.br)

estão enquadrados como serviço comum, na forma do disposto no inciso II, do Art. 3º, do Decreto nº 10.024/2019: “II - bens e serviços comuns - bens cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado;

5.1.3. No que diz respeito às práticas de sustentabilidade estabelecidas no Decreto nº 7467/2012 e IN 01/2010, é importante citar que a mão de obra Contratada deverá obedecer às normas técnicas, de saúde, de higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas da Secretaria do Trabalho, parte integrante do Ministério da Economia, realizando palestras com seus colaboradores periodicamente;

5.1.4. Muito embora o objeto não envolva criação, inovação ou conjugação de requisitos técnicos especiais, serão elaborados documentos, fluxos, artefatos inerentes ao planejamento das contratações, instrumentos de fiscalização contratual, mapeamento de processos, dentre outros, que submeterão, em dado momento, a Contratada e seus empregados ao devido sigilo, bem como deverá promover a transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas ao CRT-RJ, sempre que assim for determinado pela Administração, quando da transição contratual;

5.1.5. Deverá ainda, elaborar e manter programa interno de treinamento de seus colaboradores durante a execução contratual, para redução do consumo de insumos (papel, impressões, tintas, etc), de energia elétrica e de água, observados o plano de sustentabilidade do CRT-RJ e o manual de práticas de sustentabilidade na contratação da AGU, todas as ações desenvolvidas e implementadas na Coordenação, bem como as normas ambientais vigentes;

5.1.6. A solução do mercado escolhida, será a contratação por Posto de Trabalho com fornecimento pela Contratada, de todos os insumos e serviços necessários a execução do objeto licitado, utilizando planilha de custos para o pagamento dos serviços realizados e os relatórios de recebimento provisório e definitivo elencados para validação da qualidade dos serviços realizados conforme IN SEGES nº 05/2017, art's 49, 50 e seus incisos e alíneas;

5.1.7. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço;

5.1.8. As obrigações da Contratada e do Contratante estão previstas neste Termo de Referência.

## 6. CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE

6.1. A contratada deverá observar e cumprir as recomendações do guia de



# CRT-RJ

Conselho Regional dos Técnicos  
Industriais do Estado do Rio de Janeiro

R. Candelária, nº 04, Centro 1112/1202  
Rio de Janeiro - RJ CEP  
20091-020  
E-mail: [rh@crtrj.gov.br](mailto:rh@crtrj.gov.br)  
Fone: (21) 3900-9283  
[www.crtrj.gov.br](http://www.crtrj.gov.br)

contratação sustentável da AGU link

<https://www.gov.br/agu/pt-br/comunicacao/noticias/AGUGuiaNacionaldeContrataesSustentveis4edio.pdf> e, além das recomendações do Guia de Sustentabilidade da AGU deverá observar as seguintes recomendações abaixo:

6.1.1. Conforme informações balizadas pelo guia nacional de sustentabilidade da AGU deverão constar no termo de referência os seguintes critérios de sustentabilidade:

6.1.1.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado pela contratada na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e Resolução CONAMA nº 436, de 22/12/2011, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.

6.1.1.2. A contratada deverá providenciar o recolhimento e o adequado descarte das lâmpadas fluorescentes de Vapor de Sódio e Mercúrio e de Luz Mista originárias da contratação, recolhendo-as ao sistema de coleta montado pelo respectivo fabricante, distribuidor, importador, comerciante ou revendedor, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme artigo 33, inciso V, da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, art. 2º do Decreto nº 9.177/2017, e legislação correlata. 15 Estudos Técnicos Preliminares – Transporte Vertical

6.1.1.3. “Nos termos do artigo 33, inciso IV, da Lei nº 12.305/2010 da Política Nacional de Resíduos Sólidos e Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, a contratada deverá efetuar o recolhimento e o descarte adequado do óleo lubrificante usado ou contaminado originário da contratação, bem como de seus resíduos e embalagens, obedecendo aos seguintes procedimentos: a) recolher o óleo lubrificante usado ou contaminado, armazenando-o em recipientes adequados e resistentes a vazamentos, de modo a não contaminar o meio ambiente, e adotar as medidas necessárias para evitar que venha a ser misturado com produtos químicos, combustíveis, solventes, água e outras substâncias que inviabilizem sua reciclagem, conforme artigo 18, incisos I e II, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata; b) providenciar a coleta do óleo lubrificante usado ou contaminado recolhido, através de empresa coletora devidamente autorizada e licenciada pelos órgãos competentes, ou entregá-lo diretamente a um revendedor de óleo lubrificante acabado no atacado ou no varejo, que tem obrigação de recebê-lo e recolhê-lo de forma segura, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme artigo 18, inciso III e § 2º, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata; c) exclusivamente quando se tratar



# CRT-RJ

Conselho Regional dos Técnicos  
Industriais do Estado do Rio de Janeiro

R. Candelária, nº 04 , Centro 1113/1202  
Rio de Janeiro - RJ CEP  
20091-020  
E-mail: [rh@crtrj.gov.br](mailto:rh@crtrj.gov.br)  
Fone: (21) 3900-9283  
[www.crtrj.gov.br](http://www.crtrj.gov.br)

de óleo lubrificante usado ou contaminado não reciclável, dar-lhe a destinação final ambientalmente adequada, devidamente autorizada pelo órgão ambiental competente, conforme artigo 18, inciso VII, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;"

6.1.1.4. Não são permitidas, à contratada, formas inadequadas de destinação final das pilhas e baterias usadas originárias da contratação, nos termos do artigo 22 da Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, tais como: a) Lançamento a céu aberto, tanto em áreas urbanas como rurais, ou em aterro não licenciado; b) Queima a céu aberto ou incineração em instalações e equipamentos não licenciados; c) Lançamento em corpos d'água, praias, manguezais, pântanos, terrenos baldios, poços ou cacimbas, cavidades subterrâneas, redes de drenagem de águas pluviais, esgotos, ou redes de eletricidade ou telefone, mesmo que abandonadas, ou em áreas sujeitas à inundação."

6.1.1.5. A contratada deverá providenciar o adequado recolhimento das pilhas e baterias originárias da contratação, para fins de repasse ao respectivo fabricante ou importador, responsável pela destinação ambientalmente adequada, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012, conforme artigo 33, inciso II, da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 4º e 6º da Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, e legislação correlata.

6.1.1.6. Apresentar seu PGR ( Plano de Gestão de Resíduos) de acordo com as atividades inerentes ao seu funcionamento. Estudos Técnicos Preliminares – Transporte Vertical.

6.2. Sugere-se que além dos critérios específicos, que serão definidos pela área competente da Unidade, faça constar no termo de referência a literalidade dos incisos delineados **no art. 6º da IN nº 01 de 19 de janeiro de 2010** que diz:

6.2.1. Os editais para a contratação de serviços deverão prever que as empresas contratadas adotarão as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:

I- use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

II- adote medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;

III- Observe a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

IV- forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;





# CRT-RJ

Conselho Regional dos Técnicos  
Industriais do Estado do Rio de Janeiro

R. Candelária, nº 04, Centro 1114/1202  
Rio de Janeiro - RJ CEP  
20091-020  
E-mail: [rh@crtrj.gov.br](mailto:rh@crtrj.gov.br)  
Fone: (21) 3900-9283  
[www.crtrj.gov.br](http://www.crtrj.gov.br)

V- realize um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

VI- realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;

VII- respeite as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e

VIII- preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.

6.2.2. Parágrafo único. O disposto neste artigo não impede que os órgãos ou entidades contratantes estabeleçam, nos editais e contratos, a exigência de observância de outras práticas de sustentabilidade ambiental, desde que justificadamente.

6.3. Indica-se também como modelo a ser seguido o Guia de Sustentabilidade nas Contratações da Justiça do Trabalho que traz os seguintes itens a serem utilizados no termo de referência:

6.3.1. Para os serviços que envolvam a utilização de mão de obra, residente ou não, a contratada deve:

- a) Obedecer às normas técnicas, de saúde, de higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do MTE;
- b) Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços e fiscalizar o uso, em especial pelo que consta da Norma Regulamentadora nº 6 do MTE;
- c) Elaborar e implementar Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), de acordo com as Normas Regulamentadoras do MTE;
- d) Elaborar e implementar Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), com o objetivo de promoção e preservação da saúde dos trabalhadores, de acordo com as Normas Regulamentadoras do MTE; 17 Estudos Técnicos Preliminares – Transporte Vertical
- e) Assegurar, durante a vigência do contrato, capacitação a todos os trabalhadores em saúde e segurança no trabalho, dentro da jornada





# CRT-RJ

Conselho Regional dos Técnicos  
Industriais do Estado do Rio de Janeiro

R. Candelária, nº 04, Centro 1115/1202  
Rio de Janeiro - RJ CEP  
20091-020  
E-mail: [rh@crtrj.gov.br](mailto:rh@crtrj.gov.br)  
Fone: (21) 3900-9283  
[www.crtrj.gov.br](http://www.crtrj.gov.br)

de trabalho, com carga horária mínima de 2 (duas) horas mensais, conforme a Resolução CSJT nº 98 de 20 de abril de 2012;

f) Assegurar, durante a vigência do contrato, a capacitação dos trabalhadores quanto às práticas definidas na política de responsabilidade socioambiental do órgão;

g) Comprovar, como condição prévia à assinatura do contrato e durante a vigência contratual, sob pena de rescisão contratual, o atendimento das seguintes condições:

I- Não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTE/SDH nº 2, de 12 de maio de 2011;

II- Não ter sido condenada, a contratada ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta a previsão aos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149 do Código Penal Brasileiro; do Decreto nº 5.017, de 12 de março de 2004 (promulga o Protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT nos 29 e 105. 6.5. Especificamente para manutenção de equipamentos, faça constar no Termo de Referência os seguintes itens:

a) Utilizar peças e componentes de reposição certificadas pelo Inmetro, de acordo com a legislação vigente;

b) Efetuar o descarte de peças e materiais em observância à política de responsabilidade socioambiental do órgão.

## 7. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

7.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante **poderá** realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda a sexta, das 10 horas às 16 horas.

7.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

7.2.1. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.



# CRT-RJ

Conselho Regional dos Técnicos  
Industriais do Estado do Rio de Janeiro

R. Candelária, nº 04, Centro 1116/1202  
Rio de Janeiro - RJ CEP  
20091-020  
E-mail: [rh@crtrj.gov.br](mailto:rh@crtrj.gov.br)  
Fone: (21) 3900-9283  
[www.crtrj.gov.br](http://www.crtrj.gov.br)

7.3. A não realização da vistoria, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

7.4. O licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

7.5. O licitante deverá agendar sua visita até dois dias úteis antes da data marcada para abertura das propostas, junto ao CRT-RJ, através do telefone: (21)3900-3281, ou no e-mail [rh@crtrj.gov.br](mailto:rh@crtrj.gov.br).

## 8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

8.1.1. A Administração adotará o critério da remuneração por postos de trabalho, tendo em vista a inviabilidade da adoção exclusiva do critério de aferição de resultados, conforme exceção prevista no Anexo V, 2.6, d.1.2, da IN SEGES/MPDG nº 05, de 25 de maio de 2017.

8.1.2. A execução dos serviços será iniciada imediatamente, quando da assinatura do Contrato, na forma que segue:

8.1.2.1. Estão estimados para essa contratação 68 colaboradores, com escolaridade mínima de nível médio, sendo que a quantidade de postos estimada neste instrumento poderão ser implementadas no todo ou em parte, ao longo da vigência do Contrato dependendo das necessidades da Contratante, devendo a Contratada estar preparada para atendimento em situações consideradas emergenciais e/ou provisórias, esses postos de trabalho obedecem à nomenclatura estabelecida no Código Brasileiro de Ocupações - CBO, do MTE;

8.1.2.2. A execução terá seu início após a assinatura do contrato no primeiro ano e do aditivo caso seja renovado. Sendo de responsabilidade exclusiva da Contratada alocar os profissionais capacitados para realizar as atividades de acordo com as especificidades de cada setor;

8.1.2.3. A rotina da execução dos serviços será iniciada imediatamente após assinatura do contrato, devendo a Contratada, alocar a mão de obra nos respectivos locais e nos horários fixados pela Contratante, informando, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de assumir os serviços contratados. Sendo estabelecidas as atividades administrativas de acordo com as especificidades de cada departamento/área de atuação.

8.1.2.4. Os serviços serão prestados no horário de expediente da



# CRT-RJ

Conselho Regional dos Técnicos  
Industriais do Estado do Rio de Janeiro

R. Candelária, nº 04, Centro 1117/1202  
Rio de Janeiro - RJ CEP  
20091-020  
E-mail: [rh@crtrj.gov.br](mailto:rh@crtrj.gov.br)  
Fone: (21) 3900-9283  
[www.crtrj.gov.br](http://www.crtrj.gov.br)

Contratante que é de segunda a sexta-feira, das 09h às 18h, podendo ser executados em horários excepcionais, de acordo com a demanda dos setores. Os postos atuarão nos espaços da Contratante, localizados em:

Sede:

Rua Candelária, 4, Centro – Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20050-900.

Escritórios Descentralizados:

Itaguaí - Avenida Paulo de Frontin, 61, 2º andar, sala 209, Edifício Faestal, Calçadão, Centro, RJ – CEP: 23815-490;

Macaé - Trade Center Rua Abílio Moreira de Miranda, 45 sala 609, Imbetiba, RJ – CEP: 27915-250; 3.

Volta Redonda - Rua Simão da Cunha Gago, nº 120 – Sala 506 – Aterrado, RJ – CEP: 27213-170

Os serviços serão prestados também nos futuros escritórios regionais no Estado do Rio de Janeiro que serão inaugurados durante a vigência do contrato. Havendo necessidade, os profissionais poderão ser remanejados a qualquer tempo para outras regionais, a fim de atender ao objeto da presente contratação. Os espaços serão munidos de todos os equipamentos e insumos necessários à execução dos serviços com exceção de EPI's, Materiais, Uniformes e Carimbos;

8.1.2.5. O objeto desta contratação estende-se à sede e aos Escritórios Descentralizados do CRT-RJ localizados em pontos estratégicos do Estado do Rio de Janeiro. Os colaboradores alocados de apoio (Apoio Administrativo e Apoio Operacional, incluindo Limpeza, Conservação e Copeiragem) deverão realizar suas atividades tanto na sede quanto nos Escritórios Descentralizados, conforme a necessidade do Conselho. É de responsabilidade da Contratada a gestão do deslocamento desses profissionais, garantindo que o pagamento de Vale-Transporte ou despesas de locomoção esteja em conformidade com o trajeto necessário para o atendimento às unidades regionais.

8.1.2.6. Para os postos de Auxiliar de Serviços Gerais (ASG) e Copeiragem, a Contratada deve garantir que o cronograma de limpeza e o fornecimento de materiais contemplem todas as unidades regionais vinculadas.

8.1.2.7. Os serviços serão executados em jornada de 40 horas semanais e, por ser um serviço continuado, a periodicidade das atividades desses serviços deverão ser realizadas de forma ininterrupta, respeitando o descanso semanal conforme a legislação;

8.1.2.8. Em caso de necessidade de ampliação da duração diária do trabalho por razões excepcionais de serviço, o excesso de horas do





# CRT-RJ

Conselho Regional dos Técnicos  
Industriais do Estado do Rio de Janeiro

R. Candelária, nº 04, Centro 1118/1202  
Rio de Janeiro - RJ CEP  
20091-020  
E-mail: [rh@crtrj.gov.br](mailto:rh@crtrj.gov.br)  
Fone: (21) 3900-9283  
[www.crtrj.gov.br](http://www.crtrj.gov.br)

dia, de acordo com a legislação vigente, deverá ser compensado em até 3 (três) meses. Caso o horário de expediente do Órgão seja alterado por determinação legal ou imposição de circunstâncias supervenientes, deverá ser promovida adequação nos horários da prestação de serviços para atendimento da nova situação;

8.1.2.9. A rotina de trabalho dos profissionais alocados na prestação dos serviços contratados deverão ser as que previamente foram informadas pela contratante à contratada. A fiscalização do contrato manterá comunicação permanente com o preposto para os devidos ajustes na rotina e nas demandas das áreas;

8.1.2.10. O CRT-RJ reserva-se o direito de, a qualquer tempo durante a vigência contratual, determinar o remanejamento de postos de trabalho ou a ativação de novos postos em Escritórios Descentralizados a serem instalados em qualquer município do Estado do Rio de Janeiro.

8.1.2.11. Para a abertura de novos postos nas regiões a serem definidas, os custos serão baseados nos valores unitários já adjudicados na licitação, sendo permitida apenas a adequação dos seguintes itens na planilha de custos: - Vale-Transporte: Reajuste conforme a tarifa vigente da nova localidade e o deslocamento efetivo do colaborador.

8.1.2.12. A contratada deverá garantir que a entrega de insumos de limpeza, copa e materiais de higiene ocorra em todas as unidades regionais, independentemente da distância geográfica em relação à sede.

8.1.2.13. A inexistência de endereço fixo dos escritórios descentralizados no momento da licitação não desobriga a Contratada de atender em todo o território estadual, assumindo o ônus de gerenciar a logística de pessoal e materiais em toda a rede CRT-RJ.

8.1.2.14. A Contratada obriga-se a aceitar a inclusão de novos endereços de prestação de serviços, devendo apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a solicitação formal, o planejamento logístico para atendimento à nova localidade.

8.1.2.15. A execução dos serviços ocorrerá de forma parcelada e sob demanda, mediante solicitação formal da Contratante, conforme sua necessidade.

8.1.2.16. O recrutamento, seleção, contratação e gestão dos profissionais vinculados à execução contratual constituem atribuição exclusiva da contratada, cabendo à Contratante apenas a verificação do atendimento aos requisitos mínimos previstos no Termo de Referência, bem como a solicitação motivada de substituição de profissionais que não atendam satisfatoriamente às necessidades da





# CRT-RJ

Conselho Regional dos Técnicos  
Industriais do Estado do Rio de Janeiro

R. Candelária, nº 04, Centro 1119/1202  
Rio de Janeiro - RJ CEP  
20091-020  
E-mail: [rh@crtrj.gov.br](mailto:rh@crtrj.gov.br)  
Fone: (21) 3900-9283  
[www.crtrj.gov.br](http://www.crtrj.gov.br)

execução contratual.

8.1.2.17. Por se tratar de uma prestação de serviços continuada as atividades acontecerão de acordo com as necessidades e demandas das áreas não cabendo um cronograma, no entanto as atividades a serem realizadas estão detalhadas neste Termo de Referência.

8.1.2.18. Em razão do disposto no artigo 74, §2º, da Consolidação das Leis do Trabalho, combinado com o artigo 2º da Portaria nº 373/2011, do Ministério do Trabalho e Emprego, a Contratada deverá realizar o controle de jornada de trabalho

8.1.2.19. Para controle de assiduidade e pontualidade de seus empregados, conforme previsto neste Termo de Referência e no Estudo Técnico Preliminar, o controle da jornada de trabalho nas dependências da Contratante poderá ser efetuado por meio de sistema informatizado integrado de controle de jornada de trabalho ou folha de ponto, fornecido pela Contratada, a saber:

- a) Biometria com disponibilização mínima de 02 (dois) relógios de ponto e/ou folhas de ponto mensais.
- b) Outro método permitido por lei deverá ser empregado para aferir a frequência dos postos de trabalho quando esses prestarem seus serviços de fora das dependências do CRT-RJ.
- c) O sistema de controle de jornada deverá possibilitar que os colaboradores possam registrar a jornada de trabalho nos equipamentos instalados pela Contratada nas dependências da CONTRATANTE
- d) Não serão descontados e nem computados como jornada extraordinária as variações de horário no registro de ponto não excedentes de 5 (cinco) minutos, observado o limite máximo de 10 (dez) minutos diários, conforme CLT, art 58, § 1º.

8.1.2.20. O método adotado para a estimativa das quantidades dos postos de trabalho baseou-se no levantamento realizado junto às áreas demandantes no ano de 2021, presente no processo administrativo nº 045/2022, anexo a este processo, visando dimensionar corretamente a força de trabalho para atender suas demandas operacionais, bem como em contratações similares, sendo definida a unidade de medida, posto de serviço, por melhor atender as necessidades da Administração, conforme será adiante detalhado. O levantamento dos quantitativos de postos constantes tem como objetivo subsidiar a Diretoria do CRT-RJ assim como as Gerências e Coordenações do CRT-RJ, com informações e estimativas necessárias à prestação dos serviços assistenciais e administrativos, considerando-se as peculiaridades das atividades. As quantidades de postos foram previstas de forma a atender à demanda para o cumprimento das



# CRT-RJ

Conselho Regional dos Técnicos  
Industriais do Estado do Rio de Janeiro

R. Candelária, nº 04, Centro 1120/1202  
Rio de Janeiro - RJ CEP  
20091-020  
E-mail: [rh@crtrj.gov.br](mailto:rh@crtrj.gov.br)  
Fone: (21) 3900-9283  
[www.crtrj.gov.br](http://www.crtrj.gov.br)

competências definidas no regimento interno do Conselho, o planejamento estratégico, as demandas de melhorias contínuas implementada pela gestão atual do CRT-RJ, preparar cada Unidade para se tornar referência no atendimento aos técnicos e a sociedade com possibilidade de expansão para absorver outras atividades que visem o atendimento ao público, economicidade e eficiência dos serviços.

8.1.2.21. A contratante fornecerá as instalações e materiais necessários para a execução do serviço. Nos casos de necessidade de material muito específico de forma excepcional, para a execução do serviço, não especificado neste instrumento o gestor do contrato realizará comunicação formal com a Contratada para os ajustes necessários para que o serviço não seja interrompido.

8.1.2.22. Os serviços serão contratados com base na área física a ser limpa, observadas a peculiaridade, a produtividade, a periodicidade e a frequência de cada tipo de serviço e das condições do local objeto da contratação

8.1.2.23. Como essa contratação será realizada no modelo de postos de trabalho devido a complexidade das atividades, não será adotado o modelo de Ordem de Serviço, não excluindo os relatórios de recebimento provisório como determinado na IN SEGES/MPDG nº 05, de 25 de maio de 2017.

8.1.2.24. Muito embora o objeto não envolva criação, inovação ou conjugação de requisitos técnicos especiais, serão elaborados documentos, fluxos, artefatos inerentes ao planejamento das contratações, instrumentos de fiscalização contratual, mapeamento de processos, dentre outros, que submeterão, em dado momento, a Contratada e seus empregados ao devido sigilo, bem como deverá promover a transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas ao CRT-RJ, sempre que assim for determinado pela Administração, quando da transição contratual.

8.1.2.25. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados no primeiro ano da contratação deverão ser eliminados como condição para a prorrogação, em conformidade com o Anexo VII – F, subitem 1.2 e Anexo IX, item 9, ambos da IN SEGES/MPDG nº 05, de 25 de maio de 2017.

## 9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

9.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os EPI 'S materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, promovendo sua substituição quando necessário.



# CRT-RJ

Conselho Regional dos Técnicos  
Industriais do Estado do Rio de Janeiro

R. Candelária, nº 04, Centro 1121/1202  
Rio de Janeiro - RJ CEP  
20091-020  
E-mail: [rh@crtrj.gov.br](mailto:rh@crtrj.gov.br)  
Fone: (21) 3900-9283  
[www.crtrj.gov.br](http://www.crtrj.gov.br)

9.2. A contratada deverá realizar o fornecimento de todos os insumos e equipamentos necessários à realização dos serviços, os quais estão descritos no Apêndice VI deste Termo de Referência.

## 10. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

10.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

10.1.1. Os serviços serão prestados na Sede e nos escritórios regionais, localizados no Estado do Rio de Janeiro.

10.1.2. Os salários fixados e identificados neste Termo de Referência, foram estipulados com base em ampla pesquisa de mercado, realizada com base em pesquisas de contratações similares de outros órgãos públicos(PNCP) e contratações vigentes no Conselho. E tendo em vista a necessidade do serviço almejado ser desempenhado por profissionais com experiência superior a daqueles que, no mercado, são remunerados pelo piso salarial da categoria, ante a complexidade e diversidade dos serviços a serem realizados, estando em consonância com a exceção trazida na Seção II, art. 5º, inciso VI da IN SEGES/MPDG nº 05/2017 bem como tratado no Acórdão nº 3006/2010-Plenário, TC-001.225/2008- 0, rel. Min. Valmir Campelo, 10.11.2010, tendo em vista que algumas atividades requerem competências específicas, seja pela utilização de uma nova tecnologia, seja pelas características do modelo de execução contratual. Assim, valer-se apenas do piso salarial como referência, pode gerar problemas operacionais, em função da alocação de profissionais despreparados ou não capacitados e da rotatividade da mão de obra.

10.1.3. No mais, a intenção da fixação remuneratória aqui tratada, visa manter a qualidade necessária à consecução da missão organizacional do CRT-RJ e, conseqüentemente, subsidiar a Unidade no retorno do reconhecimento da excelência nacional de seus serviços prestados no Rio de Janeiro. Desta forma, as licitantes, na fase de apresentação das propostas durante o certame licitatório, deverão respeitar o disposto neste Termo de Referência, não sendo permitido aos licitantes sua alteração, sob pena de desclassificação da proposta, com base no art. 59, inc. II, V, da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.1.4. Conforme Acórdãos TCU nº 256/2005, 290/2006 e 1.024/2007 – Plenário - ficam estabelecidos valores mínimos para os salários mensais, baseados em ampla pesquisa de mercado, não infringindo o Art. 92, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, bem como o art. 5º, inciso VI, da IN SEGES/MPDG nº 05/2017.

10.1.5. Os valores são adequados com as funções a serem executadas e com os preços praticados no mercado de trabalho.





# CRT-RJ

Conselho Regional dos Técnicos  
Industriais do Estado do Rio de Janeiro

R. Candelária, nº 04, Centro 1122/1202  
Rio de Janeiro - RJ CEP  
20091-020  
E-mail: [rh@crtrj.gov.br](mailto:rh@crtrj.gov.br)  
Fone: (21) 3900-9283  
[www.crtrj.gov.br](http://www.crtrj.gov.br)

10.1.6. O pagamento de salários mais baixos pode acarretar a seleção de profissionais menos capacitados, afetando a eficiência e qualidade do serviço a ser prestado.

10.1.7. Na planilha de custos e formação de preços, anexo do Edital, para garantia da isonomia deste certame licitatório, as licitantes não deverão cotar o percentual referente ao adicional de insalubridade. No entanto, no prazo de 30 dias após início do contrato deverá ser apresentado pela Contratada o competente laudo pericial emitido por médico ou engenheiro de segurança do trabalho inscrito no respectivo conselho de classe para os locais e condições nele determinados, sendo de responsabilidade da Contratada o procedimento para a emissão do mesmo.

10.1.8. Após apresentação do laudo será recomposto o custo do posto que necessitar do adicional apurado, devendo ser firmado entre as partes um Termo Aditivo ao Contrato, para efetivação dos acréscimos necessários. O valor referente ao adicional de insalubridade só será pago após a apresentação do citado laudo pericial que, caso comprove a sua incidência nos postos respectivos, ensejará o pagamento retroativo dos valores devidos.

10.1.9. Crachá - Fornecer crachá de identificação, a ser utilizado na altura do tórax, em que conste o nome e logotipo da empresa, o nome do profissional, o número da matrícula, o registro geral e a fotografia, conforme previsto no Estudo Técnico Preliminar. O uso do crachá dentro da Instituição é obrigatório e sua entrega ao profissional deverá ser feita no prazo máximo de até 15 dias corridos, após a sua contratação. O mesmo deverá ser recolhido no ato do desligamento.

10.1.10. Deverá também prever os seguintes benefícios em planilha de custo e a seus profissionais:

10.1.10.1. Auxílio Transporte – De acordo com a Lei Federal nº 7.418 de 16/12/1985, regulamentada pelo Decreto Federal nº 95.247, de 17/11/1987, todo trabalhador no território nacional tem direito ao custeio do transporte coletivo para seu deslocamento de ida e volta ao trabalho.

10.1.10.2. A Contratada fornecerá até o último dia útil do mês anterior, auxílio transporte no real valor das despesas de deslocamento residência - trabalho - residência.

10.1.10.3. Com intuito de estabelecer o princípio da isonomia da licitação, bem como estabelecer o valor máximo para pagamento do auxílio transporte à Contratada, os licitantes deverão estabelecer para fins de estimativa o mínimo de 4 modais de transporte (ida e volta), por 21 dias úteis por mês, por funcionário ou conforme escala de serviço. No entanto, será de responsabilidade da Contratada fornecer aos trabalhadores que comprovarem a necessidade de valor diferenciado, sem custo para a Contratante. O custo efetivo do auxílio-transporte





# CRT-RJ

Conselho Regional dos Técnicos  
Industriais do Estado do Rio de Janeiro

R. Candelária, nº 04, Centro 1123/1202  
Rio de Janeiro - RJ CEP  
20091-020  
E-mail: [rh@crtrj.gov.br](mailto:rh@crtrj.gov.br)  
Fone: (21) 3900-9283  
[www.crtrj.gov.br](http://www.crtrj.gov.br)

somente poderá ser repassado à Contratante, mediante comprovação de uso deste benefício.

10.1.10.4. O valor que será pago à Contratada pelo auxílio-transporte será o mesmo efetivamente pago ao trabalhador, respeitando o valor máximo informado na planilha de custo.

10.1.10.5. Será descontado do custo supracitado, a contrapartida de 6% sobre o salário do terceirizado, exceto quanto esta contrapartida for alterada pelo instrumento coletivo de trabalho.

10.1.10.6. Auxílio Refeição / Alimentação - De acordo com o Programa de alimentação do trabalhador - PAT, uma alimentação nutritiva e balanceada durante a jornada diária de trabalho tem por objetivo melhorar as condições nutricionais dos trabalhadores, com repercussões positivas para a qualidade de vida, a redução de acidentes de trabalho e o aumento da produtividade.

10.1.10.7. O valor do vale-refeição será o estabelecido na Convenção Coletiva de Trabalho celebrada pelo Sindicato da categoria que deverão estar indicadas nas propostas de preços. Sendo assim, o custo do vale refeição/alimentação deverá ter como base 22(vinte e dois) dias trabalhados. A empresa licitante deverá fornecer, a cada um de seus funcionários, 1 (um) vale refeição/alimentação diário.

10.1.10.8. A contratada deverá fornecer, a todos os empregados colocados à disposição do CRT-RJ, Plano de Saúde (Assistência Médica) e Plano Odontológico, com cobertura mínima em todo o Estado do Rio de Janeiro.

10.1.10.9. Os planos oferecidos devem garantir atendimento de urgência, emergência, consultas e exames básicos, em conformidade com o rol de procedimentos da ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar).

10.1.10.10. A comprovação da manutenção desses benefícios deverá ser apresentada mensalmente junto à documentação para liberação do pagamento da fatura, mediante envio da relação de beneficiários e comprovante de quitação com as operadoras.

10.1.11. A empresa deverá incluir na Planilha de Custos e Formação de Preços todos os insumos, tributos, impostos e benefícios referentes à Legislação vigente e ao que for estipulado pelo Instrumento Coletivo de Trabalho correspondente. A Contratante pagará à Contratada apenas o que for aprovado na Planilha de Custos apresentada e ao que for devidamente comprovado, não sendo permitido solicitar a inclusão de quaisquer valores posteriormente à assinatura do contrato, com exceção em caso de mudança de legislação ou Instrumento Coletivo de Trabalho.

10.1.12. SALÁRIOS REFERENCIAIS:



# CRT-RJ

Conselho Regional dos Técnicos  
Industriais do Estado do Rio de Janeiro

R. Candelária, nº 04, Centro 1124/1202  
Rio de Janeiro - RJ CEP  
20091-020  
E-mail: [rh@crtrj.gov.br](mailto:rh@crtrj.gov.br)  
Fone: (21) 3900-9283  
[www.crtrj.gov.br](http://www.crtrj.gov.br)

10.1.12.1. Conforme justificado nos Estudos Preliminares, a Contratada deverá respeitar os valores mínimos de salários na licitação, presentes nas convenções coletivas de trabalho das categorias.

## 11. UNIFORMES E EPI'S

11.1. Os uniformes e EPIS estão previstos neste Termo de Referência, a serem fornecidos pela Contratada a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes:

11.1.1.A contratada deverá fornecer os Uniformes conforme previsto na planilha de custos referencial.

11.1.2.As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade, seguindo os seguintes parâmetros mínimos:

11.1.3.No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados;

11.1.4.Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

11.1.5.A quantidade fornecida aos colaboradores no início do contrato será de: duas (3) mudas de cada peça e um (1) par de sapato.

11.1.5.1. A contratada deverá fornecer máscara descartável para todos os colaboradores para utilização nas dependências do CRT-RJ e luvas de procedimentos aos colaboradores que tenham atividades onde haja risco de contaminação, em quantidades suficientes.

## 12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

12.1.1. O fiscal designado não deverá ter exercido a função de pregoeiro na licitação que tenha antecedido o contrato, a fim de preservar a segregação de funções (TCU, acórdão 1375/2015 – Plenário e, TCU, acórdão 2146/2011, Segunda Câmara);

12.1.2. A designação do fiscal deverá levar em conta potenciais conflitos de interesse, que possam ameaçar a qualidade da atividade a ser



# CRT-RJ

Conselho Regional dos Técnicos  
Industriais do Estado do Rio de Janeiro

R. Candelária, nº 04, Centro 1125/1202  
Rio de Janeiro - RJ CEP  
20091-020  
E-mail: [rh@crtrj.gov.br](mailto:rh@crtrj.gov.br)  
Fone: (21) 3900-9283  
[www.crtrj.gov.br](http://www.crtrj.gov.br)

desenvolvida. (Acórdão TCU 3083/2010 – Plenário);

12.2. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

12.3. Não permitir que os empregados da Contratada realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista;

12.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

12.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

12.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

12.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

12.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

12.6.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

12.6.4. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

12.7. fiscalizar mensalmente, por amostragem, o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, especialmente:

12.7.1. A concessão de férias remuneradas e o pagamento do respectivo adicional, bem como de auxílio-transporte, auxílio-alimentação, auxílio-saúde e auxílio-odontológico;

12.7.2. O recolhimento das contribuições previdenciárias e do FGTS dos empregados que efetivamente participem da execução dos serviços contratados, a fim de verificar qualquer irregularidade;

12.7.3. O pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias





# CRT-RJ

Conselho Regional dos Técnicos  
Industriais do Estado do Rio de Janeiro

R. Candelária, nº 04, Centro 1126/1202  
Rio de Janeiro - RJ CEP  
20091-020  
E-mail: [rh@crtrj.gov.br](mailto:rh@crtrj.gov.br)  
Fone: (21) 3900-9283  
[www.crtrj.gov.br](http://www.crtrj.gov.br)

dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato.

12.8. Analisar os termos de rescisão dos contratos de trabalho do pessoal empregado na prestação dos serviços no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, após a extinção ou rescisão do contrato.

12.9. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

12.10. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

12.11. Arquivar, entre outros documentos, projetos, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

12.12. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida na Lei nº 14.133, de 2021.

12.13. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentam condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

12.14. Realizar fiscalização por amostragem de todos os colaboradores quantas vezes forem necessárias.

## 13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência, e seus apêndices, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais, treinamentos e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

13.2.A contratada, além do fornecimento da mão-de-obra, dos materiais e dos equipamentos, ferramentas e utensílios necessários para a perfeita execução dos serviços de limpeza dos locais e demais atividades correlatas, obriga-se a:

13.2.1. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;

13.2.2. Selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços, os encaminhando cientes da necessidade de boa conduta e demais referências, tendo funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho

13.2.3. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em





# CRT-RJ

Conselho Regional dos Técnicos  
Industriais do Estado do Rio de Janeiro

R. Candelária, nº 04, Centro 1127/1202  
Rio de Janeiro - RJ CEP  
20091-020  
E-mail: [rh@crtrj.gov.br](mailto:rh@crtrj.gov.br)  
Fone: (21) 3900-9283  
[www.crtrj.gov.br](http://www.crtrj.gov.br)

parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

- 13.2.4. Manter disciplina nos locais dos serviços, retirando no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após notificação, qualquer empregado considerado com conduta inconveniente pela Administração
- 13.2.5. Manter seu pessoal uniformizado, com a logomarca da empresa, identificando-os através de crachás, com fotografia recente, e provendo-os dos Equipamentos de Proteção Individual - EPI's pertinentes à função, tais como luvas, botas, máscaras, etc.;
- 13.2.6. Manter uma rotina dos seus Supervisores junto aos locais, de modo a permitir a ação destes profissionais na orientação e monitoramento dos demais funcionários;
- 13.2.7. Manter a execução do serviço nos horários fixados pela Administração.
- 13.2.8. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado ao CRT-RJ, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 13.2.9. Manter todos os equipamentos e utensílios necessários à execução dos serviços, em perfeitas condições de uso, devendo os danificados serem substituídos em até 48 (quarenta e oito) horas. Os equipamentos elétricos devem ser dotados de sistema de proteção, de modo a evitar danos à rede elétrica;
- 13.2.10. Identificar todos os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade, tais como: Aspirador de pó, enceradeiras, mangueiras, baldes, baldes, carrinhos para transporte de lixo, escadas, etc., de forma a não serem confundidas com similares de propriedade da administração;
- 13.2.11. Nomear supervisores responsáveis pelos serviços, com a missão de garantir o bom andamento dos mesmos, fiscalizando e ministrando a orientação necessária aos executantes dos serviços. Estes supervisores terão a obrigação de reportarem-se, quando houver necessidade, ao responsável pelo acompanhamento dos serviços da administração e tomar as providências pertinentes para que sejam corrigidas todas as falhas detectadas;
- 13.2.12. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados, acidentados ou com mal súbito, por meio de seus Supervisores;
- 13.2.13. Responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas disciplinares determinadas pela Administração;



# CRT-RJ

Conselho Regional dos Técnicos  
Industriais do Estado do Rio de Janeiro

R. Candelária, nº 04, Centro 1128/1202  
Rio de Janeiro - RJ CEP  
20091-020  
E-mail: [rh@crtrj.gov.br](mailto:rh@crtrj.gov.br)  
Fone: (21) 3900-9283  
[www.crtrj.gov.br](http://www.crtrj.gov.br)

- 13.2.14. Registrar e controlar, juntamente com o preposto da Administração, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências havidas;
- 13.2.15. Fazer seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, responsabilizando-se, também, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, conforme exigência legal;
- 13.2.16. Reciclagem/destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de limpeza, asseio e conservação;
- 13.2.17. Treinamento/capacitação periódicos dos empregados sobre boas práticas de redução de desperdícios/poluição;
- 13.2.18. Racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água;
- 13.2.19. Desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, tais como pilhas e baterias dispostas para descarte que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos, aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores
- 13.2.20. Tratamento idêntico deverá ser dispensado a lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis em geral. Estes produtos, quando descartados, deverão ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica;
- 13.2.21. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 13.2.22. Realizar a substituição de qualquer profissional que não atender ou descumprir as normas estabelecidas no presente Termo de Referência;
- 13.2.23. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 13.2.24. Disponibilizar à Contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso.
- 13.2.25. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto neste Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;
- 13.2.26. Promover o pagamento mensal dos salários dos prestadores de serviço **IMPRETERIVELMENTE** até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao



# CRT-RJ

Conselho Regional dos Técnicos  
Industriais do Estado do Rio de Janeiro

R. Candelária, nº 04, Centro 1129/1202  
Rio de Janeiro - RJ CEP  
20091-020  
E-mail: [rh@crtrj.gov.br](mailto:rh@crtrj.gov.br)  
Fone: (21) 3900-9283  
[www.crtrj.gov.br](http://www.crtrj.gov.br)

mês trabalhado, conforme disposto no art. 459, § 1º da CLT.

13.3. As empresas contratadas que sejam regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) deverão apresentar a seguinte documentação no primeiro mês de prestação dos serviços, conforme alínea "g" do item 10.1 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017:

13.3.1. Fornecer a relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, salário, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

13.3.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada; e

13.3.3. exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços;

13.3.4. declaração de responsabilidade exclusiva da contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato;

13.3.5. Os documentos acima mencionados deverão ser apresentados para cada novo empregado que se vincule à prestação do contrato administrativo. De igual modo, o desligamento de empregados no curso do contrato de prestação de serviços deve ser devidamente comunicado, com toda a documentação pertinente ao empregado dispensado, à semelhança do que se exige quando do encerramento do contrato administrativo.

13.4. Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale transporte.

13.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada cujos empregados vinculados ao serviço sejam regidos pela CLT deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;

4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

13.6. Substituir, no prazo de 3 (horas), em caso de eventual ausência, tais como faltas e licenças, o empregado posto a serviço da Contratante, devendo identificar previamente o respectivo substituto ao Fiscal do Contrato;

13.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo,





# CRT-RJ

Conselho Regional dos Técnicos  
Industriais do Estado do Rio de Janeiro

R. Candelária, nº 04, Centro 1130/1202  
Rio de Janeiro - RJ CEP  
20091-020  
E-mail: [rh@crtrj.gov.br](mailto:rh@crtrj.gov.br)  
Fone: (21) 3900-9283  
[www.crtrj.gov.br](http://www.crtrj.gov.br)

Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

- 13.7.1. Não serão incluídas nas planilhas de custos e formação de preços as disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.
- 13.8. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da Contratante. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, a contratada deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.
- 13.9. Autorizar a Administração contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.
  - 13.9.1. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.
- 13.10. Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;
- 13.11. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Administração; Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;



# CRT-RJ

Conselho Regional dos Técnicos  
Industriais do Estado do Rio de Janeiro

R. Candelária, nº 04, Centro 1131/1202  
Rio de Janeiro - RJ CEP  
20091-020  
E-mail: [rh@crtrj.gov.br](mailto:rh@crtrj.gov.br)  
Fone: (21) 3900-9283  
[www.crtrj.gov.br](http://www.crtrj.gov.br)

13.12. Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:

13.12.1. Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

13.12.2. Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

13.12.3. Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.

13.13. O preposto designado pela Contratada deverá comparecer presencialmente aos locais de prestação dos serviços, no mínimo, uma vez por semana, em dia previamente acordado e aceito pela Administração, com a finalidade de representá-la na execução do contrato, acompanhar a rotina dos serviços, dirimir dúvidas e adotar as providências necessárias ao fiel cumprimento das obrigações contratuais. A Contratada poderá, a seu critério, disponibilizar supervisor(es) para acompanhamento complementar das atividades, caso julgue necessário. Constitui obrigação da Contratada fornecer à Administração todos os contatos atualizados do(s) preposto(s) e de seus superiores hierárquicos, assegurando meios eficazes de comunicação, especialmente nos casos em que não seja possível estabelecer contato imediato com o preposto. Todos os custos diretos e indiretos relacionados ao(s) preposto(s) e eventual(is) supervisor(es), inclusive deslocamento, encargos trabalhistas, previdenciários e demais despesas correlatas, correrão exclusivamente às expensas da Contratada, não gerando qualquer ônus adicional para a Administração.

13.14. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

13.15. Fornecer, sempre que solicitados pela Contratante, os comprovantes do cumprimento das obrigações previdenciárias, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, e do pagamento dos salários e demais benefícios trabalhistas dos empregados colocados à disposição da Contratante;

13.15.1. A ausência da documentação pertinente ou da comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e relativas ao FGTS implicará a retenção do pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, mediante prévia comunicação, até que a



# CRT-RJ

Conselho Regional dos Técnicos  
Industriais do Estado do Rio de Janeiro

R. Candelária, nº 04 , Centro 1132/1202  
Rio de Janeiro - RJ CEP  
20091-020  
E-mail: [rh@crtrj.gov.br](mailto:rh@crtrj.gov.br)  
Fone: (21) 3900-9283  
[www.crtrj.gov.br](http://www.crtrj.gov.br)

situação seja regularizada, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

- 13.15.2. Ultrapassado o prazo de 5 dias, contados na comunicação mencionada no subitem anterior, sem a regularização da falta, a Administração poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
- 13.15.2.1. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela contratante para acompanhar o pagamento das respectivas verbas.
- 13.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 13.17. Providenciar a emissão dos laudos técnicos elaborados por médico do trabalho ou engenheiro do trabalho da contratada, e que deverão ser compatíveis com os emitidos pelos Serviços de Saúde Ocupacional da Contratante, até 30 (trinta) dias contados a partir da data da assinatura do contrato, com relação à incidência de insalubridade para locais e condições previstas legalmente.
- 13.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 13.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 13.20. Constituir, no prazo máximo de até 90 (noventa) dias a contar da data de assinatura do contrato, Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA, conforme disposto na NR-5. Caso a Contratada esteja dispensada de sua constituição, designará um responsável pelo cumprimento dos objetivos da NR-5.
- 13.21. Não beneficiar-se da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006;
- 13.22. Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art. 17, XII, art. 30, §1º, II e do art. 31, II, todos da LC 123, de 2006.
- 13.22.1. Para efeito de comprovação da comunicação, a contratada deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do





# CRT-RJ

Conselho Regional dos Técnicos  
Industriais do Estado do Rio de Janeiro

R. Candelária, nº 04, Centro 1133/1202  
Rio de Janeiro - RJ CEP  
20091-020  
E-mail: [rh@crtrj.gov.br](mailto:rh@crtrj.gov.br)  
Fone: (21) 3900-9283  
[www.crtrj.gov.br](http://www.crtrj.gov.br)

contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.

- 13.23. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos Art. 107 da Lei nº 14.133/2021.
- 13.24. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 13.25. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do serviço.
- 13.26. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 13.27. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 13.28. Cada profissional, a serviço da Contratada, deverá estar ciente de que a Infraestrutura de Tecnologia da Informação, bem como de Comunicação da Contratante e outros materiais de consumo da Contratante não poderão ser utilizados para fins particulares. O correio eletrônico e ramais telefônicos fornecidos pela Contratante, bem como a navegação em sítios da Internet ou acessadas a partir dos seus equipamentos poderão ser auditados.
- 13.29. Informar à Fiscalização do contrato toda e qualquer situação identificada pelo preposto ou técnicos que resulte ou possa resultar em quebra da política de segurança.
- 13.30. Será considerada ilícita a divulgação, o repasse ou utilização indevida de informações, documentos, imagens, gravações e informações obtidas durante a prestação dos serviços.
- 13.31. Solicitar autorização prévia da fiscalização do contrato, antes de utilizar recursos de software que necessitem de aquisição de licença de uso ou, antes de utilizar ferramentas cuja versão seja diferente daquelas previstas e em uso pela Contratante.
- 13.32. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.



# CRT-RJ

Conselho Regional dos Técnicos  
Industriais do Estado do Rio de Janeiro

R. Candelária, nº 04, Centro 1134/1202  
Rio de Janeiro - RJ CEP  
20091-020  
E-mail: [rh@crtrj.gov.br](mailto:rh@crtrj.gov.br)  
Fone: (21) 3900-9283  
[www.crtrj.gov.br](http://www.crtrj.gov.br)

- 13.33. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 13.34. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 13.35. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, qualquer mudança no método de execução do serviço que fuja das especificações constantes deste Termo de Referência.
- 13.36. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 13.37. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 13.38. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, treinamentos, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 13.39. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:
- 13.39.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;
- 13.39.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.
- 13.40. A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, a contratada deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.



# CRT-RJ

Conselho Regional dos Técnicos  
Industriais do Estado do Rio de Janeiro

R. Candelária, nº 04, Centro 1135/1202  
Rio de Janeiro - RJ CEP  
20091-020  
E-mail: [rh@crtrj.gov.br](mailto:rh@crtrj.gov.br)  
Fone: (21) 3900-9283  
[www.crtrj.gov.br](http://www.crtrj.gov.br)

- 13.40.1. O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.
- 13.40.2. Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.
- 13.40.3. Não haverá pagamento adicional pela Contratante à Contratada em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item.
- 13.41. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

## 14. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 14.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## 15. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 15.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato e que não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## 16. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 16.1. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.
- 16.2. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.
- 16.3. As comunicações entre a Contratante e a Contratada serão realizadas por escrito, através de e-mail.
- 16.4. A Contratante poderá convocar o preposto para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.





# CRT-RJ

Conselho Regional dos Técnicos  
Industriais do Estado do Rio de Janeiro

R. Candelária, nº 04, Centro 1136/1202  
Rio de Janeiro - RJ CEP  
20091-020  
E-mail: [rh@crtrj.gov.br](mailto:rh@crtrj.gov.br)  
Fone: (21) 3900-9283  
[www.crtrj.gov.br](http://www.crtrj.gov.br)

16.4.1. A composição da fiscalização do contrato será mediante a disponibilização de recursos humanos para exercer as funções, no entanto, serão designados os agentes mínimos para o controle, acompanhamento e fiscalização do contrato.

16.5. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

16.6. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações (os documentos poderão ser originais ou cópias autenticadas por cartório competente ou por servidor da Administração), no caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

16.6.1. no primeiro mês da prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar a seguinte documentação:

16.6.1.1. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de

Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

16.6.1.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela CONTRATADA;

16.6.1.3. exames médicos admissionais dos empregados da CONTRATADA que prestarão os serviços; e

16.6.1.4. declaração de responsabilidade exclusiva da contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato.

16.6.2. entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF):

16.6.2.1. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

16.6.2.2. certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;

16.6.2.3. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e

16.6.2.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).



# CRT-RJ

Conselho Regional dos Técnicos  
Industriais do Estado do Rio de Janeiro

R. Candelária, nº 04, Centro 1137/1202  
Rio de Janeiro - RJ CEP  
20091-020  
E-mail: [rh@crtrj.gov.br](mailto:rh@crtrj.gov.br)  
Fone: (21) 3900-9283  
[www.crtrj.gov.br](http://www.crtrj.gov.br)

16.6.3. Entrega, quando solicitado pela CONTRATANTE, de quaisquer dos seguintes documentos:

16.6.3.1. extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da CONTRATANTE;

16.6.3.2. cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador CONTRATANTE;

16.6.3.3. cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

16.6.3.4. comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e

16.6.3.5. comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.

16.6.4. entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:

16.6.4.1. termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

16.6.4.2. guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

16.6.4.3. extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;

16.6.4.4. exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

16.6.5. A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, a contratada deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados. O termo de quitação anual

efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.

16.6.6. Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de



# CRT-RJ

Conselho Regional dos Técnicos  
Industriais do Estado do Rio de Janeiro

R. Candelária, nº 04, Centro 1138/1202  
Rio de Janeiro - RJ CEP  
20091-020  
E-mail: [rh@crtrj.gov.br](mailto:rh@crtrj.gov.br)  
Fone: (21) 3900-9283  
[www.crtrj.gov.br](http://www.crtrj.gov.br)

negociação, dentre outros.

16.6.7. Não haverá pagamento adicional pela Contratante à Contratada em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item.

16.7. No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

16.8. Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no subitem 16.7.1 acima deverão ser apresentados.

16.9. A Contratante deverá analisar a documentação solicitada nos subitens acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

16.10. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficiar à Receita Federal do Brasil (RFB).

16.11. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficiar à Superintendência Regional do Trabalho.

16.12. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas, não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias ou para com o FGTS, ou a não manutenção das condições de habilitação, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos termos dos arts. 137 e 156 da Lei nº 14.133/2021.

16.13. A Contratante poderá conceder prazo para que a Contratada regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou incapacidade de correção.

16.14. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, a CONTRATANTE comunicará o fato à CONTRATADA e reter o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

16.14.1. Não havendo quitação das obrigações por parte da Contratada no prazo de quinze dias, a Contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

16.14.2. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela Contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.





# CRT-RJ

Conselho Regional dos Técnicos  
Industriais do Estado do Rio de Janeiro

R. Candelária, nº 04, Centro 1139/1202  
Rio de Janeiro - RJ CEP  
20091-020  
E-mail: [rh@crtrj.gov.br](mailto:rh@crtrj.gov.br)  
Fone: (21) 3900-9283  
[www.crtrj.gov.br](http://www.crtrj.gov.br)

16.14.3. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a contratante e os empregados da Contratada.

16.15. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela Contratada, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

16.16. A Contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

16.17. A inadimplência da Contratada, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

16.18. A fiscalização administrativa observará, ainda, as diretrizes relacionadas no item 10 do Anexo VIII-B da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017.

16.19. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da Contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

16.20. Em hipótese alguma, será admitido que a própria Contratada materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

16.21. A Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

16.22. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas neste Termo de Referência.,

16.23. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

16.24. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

16.25. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada destes, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e



# CRT-RJ

Conselho Regional dos Técnicos  
Industriais do Estado do Rio de Janeiro

R. Candelária, nº 04, Centro 1140/1202  
Rio de Janeiro - RJ CEP  
20091-020  
E-mail: [rh@crtrj.gov.br](mailto:rh@crtrj.gov.br)  
Fone: (21) 3900-9283  
[www.crtrj.gov.br](http://www.crtrj.gov.br)

forma de uso.

16.26. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto no Art. 125, da Lei nº 14.133/2021.

16.27. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, **nos termos do art. 121 da Lei nº 14.133/2021.**

16.28. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

## 17. CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

17.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), previsto no Apêndice II deste termo de referência, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

17.1.1. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- a) não produziu os resultados acordados;
- b) deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- c) deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

## 18. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

18.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento provisório e definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

18.2. No prazo de até 05 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual, ao CRT-RJ;



# CRT-RJ

Conselho Regional dos Técnicos  
Industriais do Estado do Rio de Janeiro

R. Candelária, nº 04, Centro 1141/1202  
Rio de Janeiro - RJ CEP  
20091-020  
E-mail: [rh@crtrj.gov.br](mailto:rh@crtrj.gov.br)  
Fone: (21) 3900-9283  
[www.crtrj.gov.br](http://www.crtrj.gov.br)

18.3. Deverá entregar toda a documentação comprobatória de frequência e das obrigações previdenciárias;

18.4. No prazo de até 10 (dez) *dias corridos* a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

18.5. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico (ou fiscal titular) após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

18.5.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

18.5.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

18.5.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

18.5.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

18.5.1.4. Da mesma forma, ao final de cada período de faturamento mensal, o fiscal administrativo deverá verificar as rotinas previstas no Anexo VIII-B da IN SEGES/MP nº 5/2017, no que forem aplicáveis à presente contratação, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato;

18.5.1.5. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.





# CRT-RJ

Conselho Regional dos Técnicos  
Industriais do Estado do Rio de Janeiro

R. Candelária, nº 04, Centro 1142/1202  
Rio de Janeiro - RJ CEP  
20091-020  
E-mail: [rh@crtrj.gov.br](mailto:rh@crtrj.gov.br)  
Fone: (21) 3900-9283  
[www.crtrj.gov.br](http://www.crtrj.gov.br)

18.5.1.6. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

18.5.1.6.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

18.6. No prazo de até *10 (dez) dias corridos* a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo às seguintes diretrizes:

18.7. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

18.7.1. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

18.7.2. Comunicar à empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

18.8. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

18.9. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

## 19. DO PAGAMENTO

19.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência, devidamente preenchido constando o número do processo e do pregão.

19.2. Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

19.3. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias,



# CRT-RJ

Conselho Regional dos Técnicos  
Industriais do Estado do Rio de Janeiro

R. Candelária, nº 04 , Centro 1143/1202  
Rio de Janeiro - RJ CEP  
20091-020  
E-mail: [rh@crtrj.gov.br](mailto:rh@crtrj.gov.br)  
Fone: (21) 3900-9283  
[www.crtrj.gov.br](http://www.crtrj.gov.br)

contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

19.4. Não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, nos termos do art. 121 da Lei nº 14.133/2021.

19.5. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 19.5.1. o prazo de validade;
- 19.5.2. a data da emissão;
- 19.5.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 19.5.4. o período de prestação dos serviços;
- 19.5.5. o valor a pagar; e

19.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

19.7. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- 19.7.1. não produziu os resultados acordados;
- 19.7.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- 19.7.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

19.8. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

19.9. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

19.10. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de *05(cinco) dias úteis*, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

19.11. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível



# CRT-RJ

Conselho Regional dos Técnicos  
Industriais do Estado do Rio de Janeiro

R. Candelária, nº 04 , Centro 1144/1202  
Rio de Janeiro - RJ CEP  
20091-020  
E-mail: [rh@crtrj.gov.br](mailto:rh@crtrj.gov.br)  
Fone: (21) 3900-9283  
[www.crtrj.gov.br](http://www.crtrj.gov.br)

suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

19.12. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

19.13. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

19.14. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

19.14.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

19.15. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

19.16. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

19.17. A parcela mensal a ser paga a título de aviso prévio trabalhado e indenizado corresponderá, no primeiro ano de contratação, ao percentual originalmente fixado na planilha de preços.

19.17.1. Não tendo havido a incidência de custos com aviso prévio trabalhado e indenizado, a prorrogação contratual seguinte deverá prever o pagamento do percentual máximo equivalente a 03 (três) dias a mais por ano de serviço, até o limite compatível com o prazo total de vigência contratual.

19.17.2. A adequação de pagamento de que trata o subitem anterior deverá ser prevista em termo aditivo.

19.17.3. Caso tenha ocorrido a incidência parcial ou total dos custos com aviso prévio trabalhado e/ou indenizado no primeiro ano de contratação, tais rubricas deverão ser mantidas na planilha de forma complementar/proporcional, devendo o órgão contratante esclarecer a metodologia de cálculo adotada.

19.18. A Contratante providenciará o desconto na fatura a ser paga do valor





# CRT-RJ

Conselho Regional dos Técnicos  
Industriais do Estado do Rio de Janeiro

R. Candelária, nº 04, Centro 1145/1202  
Rio de Janeiro - RJ CEP  
20091-020  
E-mail: [rh@crtrj.gov.br](mailto:rh@crtrj.gov.br)  
Fone: (21) 3900-9283  
[www.crtrj.gov.br](http://www.crtrj.gov.br)

global pago a título de vale-transporte em relação aos empregados da Contratada que expressamente optaram por não receber o benefício previsto na Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, regulamentado pelo Decreto nº 95.247, de 17 de novembro de 1987.

Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I =	I =	I = 0,00016438
(TX)	( 6 / 100 )/365	TX = Percentual da taxa anual = 6%

## 20. DA CONTA-DEPÓSITO VINCULADA

20.1. Para atendimento ao disposto no art. 18 da IN SEGES/MP N. 5/2017, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 são as estabelecidas neste Termo de Referência.

20.2. A futura Contratada deve autorizar a Administração Contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

20.2.1. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

20.3. A CONTRATADA autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores da



# CRT-RJ

Conselho Regional dos Técnicos  
Industriais do Estado do Rio de Janeiro

R. Candelária, nº 04, Centro 1146/1202  
Rio de Janeiro - RJ CEP  
20091-020  
E-mail: [rh@crtrj.gov.br](mailto:rh@crtrj.gov.br)  
Fone: (21) 3900-9283  
[www.crtrj.gov.br](http://www.crtrj.gov.br)

contratada, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pela Contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, conforme disposto no anexo XII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017, os quais somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da referida norma.

20.4. A Contratante provisionou em planilha e enviará a contratante junto com a fatura mensal, os valores para o pagamento das férias, 13º (décimo terceiro) salário e verbas rescisórias aos trabalhadores da Contratada, que serão depositados pela em Conta-Depósito Vinculada, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação e utilizada exclusivamente para crédito das rubricas retidas, com base em planilha com dados dos colaboradores e valores discriminados a serem retidos, à ser informada mensalmente pela Contratada, quando da entrega da documentação para pagamento.

20.4.1. Os valores provisionados somente serão liberados nas seguintes condições:

20.4.1.1. parcial e anualmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário dos empregados vinculados ao contrato, quando devido;

20.4.1.2. parcialmente, pelo valor correspondente às férias e a 1/3 (um terço) de férias previsto na Constituição, quando do gozo de férias pelos empregados vinculados ao contrato;

20.4.1.3. parcialmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário proporcional, às férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS, quando da dispensa de empregado vinculado ao contrato; e

20.4.1.4. ao final da vigência do contrato, para o pagamento das verbas rescisórias.

20.5. O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da licitação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

20.5.1. 13º (décimo terceiro) salário;

20.5.2. Férias e um terço constitucional de férias;

20.5.3. Multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; e

20.5.4. Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.



# CRT-RJ

Conselho Regional dos Técnicos  
Industriais do Estado do Rio de Janeiro

R. Candelária, nº 04, Centro 1147/1202  
Rio de Janeiro - RJ CEP  
20091-020  
E-mail: [rh@crtrj.gov.br](mailto:rh@crtrj.gov.br)  
Fone: (21) 3900-9283  
[www.crtrj.gov.br](http://www.crtrj.gov.br)

20.6. Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no item 14 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017.

20.7. O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança pro rata die, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta licitação e instituição financeira.

20.8. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

20.9. Os valores referentes às provisões mencionadas neste termo de referência que sejam retidos por meio da conta-depósito, deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.

20.10. Em caso de cobrança de tarifa ou encargos bancários para a Administrativização da conta-depósito, os recursos atinentes a essas despesas serão debitados dos valores depositados.

20.11. A empresa contratada poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade Contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitem acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

20.11.1. Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento.

20.11.2. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

20.11.3. A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.

20.11.4. A empresa deverá apresentar ao órgão ou entidade contratante, no prazo máximo de

3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

20.12. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 da IN SEGES/MP n. 5/2017.





# CRT-RJ

Conselho Regional dos Técnicos  
Industriais do Estado do Rio de Janeiro

R. Candelária, nº 04, Centro 1148/1202  
Rio de Janeiro - RJ CEP  
20091-020  
E-mail: [rh@crtrj.gov.br](mailto:rh@crtrj.gov.br)  
Fone: (21) 3900-9283  
[www.crtrj.gov.br](http://www.crtrj.gov.br)

## 21. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO (REPACTUAÇÃO)

21.1. Visando à adequação aos novos preços praticados no mercado, desde que solicitado pela CONTRATADA e observado o interregno mínimo de *1 (um) ano* contado na forma apresentada no subitem que se seguirá, o valor consignado no Termo de Contrato será repactuado, competindo à CONTRATADA justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação da CONTRATANTE, na forma estatuída no Decreto nº 9.507, de 2018, e nas disposições aplicáveis da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017.

21.2. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

21.3. A repactuação para reajuste do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

21.4. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

21.4.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

21.4.2. Para os insumos discriminados na Planilha de Custos e Formação de Preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa): do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa;

21.4.3. Para os demais custos, sujeitos à variação de preços do mercado (insumos não decorrentes da mão de obra): a partir da data limite para apresentação das propostas constantes do Edital.

21.5. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de um ano será computado da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto de nova solicitação. Entende-se como última repactuação, a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.

21.6. O prazo para a CONTRATADA solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos custos de mão de obra da categoria profissional



# CRT-RJ

Conselho Regional dos Técnicos  
Industriais do Estado do Rio de Janeiro

R. Candelária, nº 04, Centro 1149/1202  
Rio de Janeiro - RJ CEP  
20091-020  
E-mail: [rh@crtrj.gov.br](mailto:rh@crtrj.gov.br)  
Fone: (21) 3900-9283  
[www.crtrj.gov.br](http://www.crtrj.gov.br)

abrangida pelo contrato, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.

21.7. Caso a CONTRATADA não solicite a repactuação tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito à repactuação. Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado:

21.7.1. da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra;

21.7.2. do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa, para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa);

21.7.3. do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado;

21.8. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível à CONTRATANTE ou à CONTRATADA proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

21.9. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.

21.10. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, Acordo, Convenção e Dissídio Coletivo de Trabalho.

21.11. A CONTRATANTE não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem do pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

21.12. Quando a repactuação se referir aos custos da mão de obra, a CONTRATADA efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato.



# CRT-RJ

Conselho Regional dos Técnicos  
Industriais do Estado do Rio de Janeiro

R. Candelária, nº 04, Centro 1150/1202  
Rio de Janeiro - RJ CEP  
20091-020  
E-mail: [rh@crtrj.gov.br](mailto:rh@crtrj.gov.br)  
Fone: (21) 3900-9283  
[www.crtrj.gov.br](http://www.crtrj.gov.br)

21.13. Quando a repactuação solicitada pela CONTRATADA se referir aos custos sujeitos à variação dos preços de mercado (insumos não decorrentes da mão de obra), o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento *IPCA/IBGE*, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^0) / I^0$ , onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos insumos a ser reajustada;

$I^0$  = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta da licitação; I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

21.13.1. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

21.13.2. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos insumos será, obrigatoriamente, o definitivo.

21.13.3. Caso o índice estabelecido para a repactuação de insumos venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

21.13.4. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos insumos e materiais, por meio de termo aditivo.

21.13.5. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos com insumos, a CONTRATANTE verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

21.14. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

21.14.1. a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;

21.14.2. em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou





# CRT-RJ

Conselho Regional dos Técnicos  
Industriais do Estado do Rio de Janeiro

R. Candelária, nº 04, Centro 1151/1202  
Rio de Janeiro - RJ CEP  
20091-020  
E-mail: [rh@crtrj.gov.br](mailto:rh@crtrj.gov.br)  
Fone: (21) 3900-9283  
[www.crtrj.gov.br](http://www.crtrj.gov.br)

21.14.3. em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

21.15. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

21.16. A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

21.17. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos.

21.18. As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.

21.19. O CONTRATADO deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção de 5% (cinco por cento) em relação ao valor contratado, como condição para a repactuação, nos termos da alínea K do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 5/2017.

## 22. DA GARANTIA DA EXECUÇÃO

22.1. A Contratada apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, em valor correspondente a 5 % (cinco por cento) do valor total do contrato, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação.

22.2. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

22.3. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias úteis autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato, por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, nos termos dos incisos I e II do art. 137 da Lei nº 14.133/2021. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.



# CRT-RJ

Conselho Regional dos Técnicos  
Industriais do Estado do Rio de Janeiro

R. Candelária, nº 04, Centro 1152/1202  
Rio de Janeiro - RJ CEP  
20091-020  
E-mail: [rh@crtrj.gov.br](mailto:rh@crtrj.gov.br)  
Fone: (21) 3900-9283  
[www.crtrj.gov.br](http://www.crtrj.gov.br)

22.4. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

22.4.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

22.4.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

22.4.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

22.4.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

22.5. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

22.6. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

22.7. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

22.8. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

22.9. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

22.10. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 15 (*quinze*) dias úteis, contados da data em que for notificada.

22.11. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

22.12. Será considerada extinta a garantia:

22.12.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

22.12.2. no prazo de 90 (*noventa*) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.



# CRT-RJ

Conselho Regional dos Técnicos  
Industriais do Estado do Rio de Janeiro

R. Candelária, nº 04, Centro 1153/1202  
Rio de Janeiro - RJ CEP  
20091-020  
E-mail: [rh@crtrj.gov.br](mailto:rh@crtrj.gov.br)  
Fone: (21) 3900-9283  
[www.crtrj.gov.br](http://www.crtrj.gov.br)

22.13. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

22.14. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste TR.

22.15. A garantia da contratação somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, conforme estabelecido no art. 8º, VI do Decreto nº 9.507, de 2018, observada a legislação que rege a matéria.

22.15.1. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

22.16. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços, nos termos da alínea "j" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 5/2017.

## 23. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

23.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

23.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

23.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

23.1.3. Falhar ou fraudar na execução do contrato;

23.1.4. Comportar-se de modo inidôneo; ou

23.1.5. Cometer fraude fiscal.

23.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

23.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

23.2.2. **Multa de:**





# CRT-RJ

Conselho Regional dos Técnicos  
Industriais do Estado do Rio de Janeiro

R. Candelária, nº 04, Centro 1154/1202  
Rio de Janeiro - RJ CEP  
20091-020  
E-mail: [rh@crtrj.gov.br](mailto:rh@crtrj.gov.br)  
Fone: (21) 3900-9283  
[www.crtrj.gov.br](http://www.crtrj.gov.br)

23.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

23.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

23.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

23.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e

23.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

23.2.2.6. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

23.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

23.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

23.2.5. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 23.1 deste Termo de Referência Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

23.3. As sanções previstas nos subitens 23.2.2.2, 23.2.2.3, 23.2.2.4 e 23.2.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

23.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de



# CRT-RJ

Conselho Regional dos Técnicos  
Industriais do Estado do Rio de Janeiro

R. Candelária, nº 04, Centro 1155/1202  
Rio de Janeiro - RJ CEP  
20091-020  
E-mail: [rh@crtrj.gov.br](mailto:rh@crtrj.gov.br)  
Fone: (21) 3900-9283  
[www.crtrj.gov.br](http://www.crtrj.gov.br)

acordo com as tabelas 1 e 2:

**Tabela 1**

GRA U	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

**Tabela  
2**

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRA U
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03



# CRT-RJ

Conselho Regional dos Técnicos  
Industriais do Estado do Rio de Janeiro

R. Candelária, nº 04, Centro 1156/1202  
Rio de Janeiro - RJ CEP  
20091-020  
E-mail: [rh@crtrj.gov.br](mailto:rh@crtrj.gov.br)  
Fone: (21) 3900-9283  
[www.crtrj.gov.br](http://www.crtrj.gov.br)

Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

23.4.1. Também ficam sujeitas às penalidades previstas nos arts. 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021, as empresas ou profissionais que:

23.4.2. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

23.4.3. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

23.4.4. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

23.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo, que assegurará à CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto nos arts. 165 e 166, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

23.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da





# CRT-RJ

Conselho Regional dos Técnicos  
Industriais do Estado do Rio de Janeiro

R. Candelária, nº 04, Centro 1157/1202  
Rio de Janeiro - RJ CEP  
20091-020  
E-mail: [rh@crtrj.gov.br](mailto:rh@crtrj.gov.br)  
Fone: (21) 3900-9283  
[www.crtrj.gov.br](http://www.crtrj.gov.br)

comunicação enviada pela autoridade competente.

23.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil

23.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

23.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

23.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

23.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

23.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## 24. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

24.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

24.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

24.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

24.3.1. Comprovação que já executou contrato(s) com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados.

24.3.2. Será aceito o somatório de atestados de capacidade técnica que comprovem que o licitante gerencia ou gerenciou serviços terceirizados



# CRT-RJ

Conselho Regional dos Técnicos  
Industriais do Estado do Rio de Janeiro

R. Candelária, nº 04, Centro 1158/1202  
Rio de Janeiro - RJ CEP  
20091-020  
E-mail: [rh@crtrj.gov.br](mailto:rh@crtrj.gov.br)  
Fone: (21) 3900-9283  
[www.crtrj.gov.br](http://www.crtrj.gov.br)

compatíveis com o objeto da contratação, por período mínimo de 01 (um) ano, admitindo-se a soma de períodos sucessivos, ainda que não contínuos, sem obrigatoriedade de execução ininterrupta.

24.3.2.1. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

24.3.2.2. Registro ou inscrição da empresa proponente na entidade profissional correspondente, em plena validade;.

24.3.2.3. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

24.3.2.4. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.

24.3.2.5. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-Administrativo, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

24.3.2.6. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017. ,

24.3.2.7. Declaração de que o licitante possui ou instalará escritório na cidade do Rio de Janeiro, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados a partir do início da vigência do contrato, nos termos do subitem 10.6, alínea “a”, do Anexo VII A da IN MOPG nº05/2017. Essa solicitação se dá devido ao fato de que pelas características do serviço a ser prestado, é necessário que a empresa possua uma equipe próxima o suficiente dispondo de capacidade Administrativo para receber e solucionar qualquer demanda da



# CRT-RJ

Conselho Regional dos Técnicos  
Industriais do Estado do Rio de Janeiro

R. Candelária, nº 04, Centro 1159/1202  
Rio de Janeiro - RJ CEP  
20091-020  
E-mail: [rh@crtrj.gov.br](mailto:rh@crtrj.gov.br)  
Fone: (21) 3900-9283  
[www.crtrj.gov.br](http://www.crtrj.gov.br)

Contratante, bem como realizar todos os procedimentos pertinentes à seleção, treinamento, admissão e demissão dos colaboradores em tempo hábil com a manutenção da prestação dos serviços de forma eficiente;

24.3.2.8. O atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, ou que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assume total responsabilidade por este fato e não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.

## 25. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

25.1. O valor estimado é de R\$ 5.440.833,36 (cinco milhões, quatrocentos e quarenta mil, oitocentos e trinta e três reais e trinta e seis centavos).

## 26. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

26.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados neste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Elemento de despesa nº 6.2.2.1.1.01.04.04.006 - Serviços de Apoio Administrativo e Operacional.

Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes Apêndices:

1. Apêndice I – Descrição, Característica e Exigências dos Cargos;
2. Apêndice II – Índice de Medição de Resultados;
3. Apêndice III – Modelo de Planilha de Custos e Formação de preços;
4. Apêndice IV – Termo de Sigilo;
5. Apêndice V – Relação de Materiais e Equipamentos.

Rio de Janeiro, 01 de junho de 2026.





# CRT-RJ

Conselho Regional dos Técnicos  
Industriais do Estado do Rio de Janeiro

R. Candelária, nº 04, Centro 1160/1202  
Rio de Janeiro - RJ CEP  
20091-020  
E-mail: [rh@crtrj.gov.br](mailto:rh@crtrj.gov.br)  
Fone: (21) 3900-9283  
[www.crtrj.gov.br](http://www.crtrj.gov.br)

RENATA DO  
NASCIMENTO

COSTA:08223612720

Assinado de forma digital por  
RENATA DO NASCIMENTO  
COSTA:08223612720  
Dados: 2026.06.01 16:36:49  
-03'00'

**Renata do Nascimento Costa**  
Coordenadora de Pessoas  
Matrícula nº 150 – CRT-RJ

**Vívian Lúcia Xavier Pereira**  
Gerente Administrativa e Financeira  
Matrícula nº 132 – CRT-RJ

**APROVO** o presente Termo de Referência de acordo com o inciso II do artigo 14 do Decreto nº. 10.024/2019, cuja finalidade é subsidiar os licitantes de todas as informações necessárias à participação no certame para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de apoio operacional e administrativo, com dedicação de mão de obra exclusiva, na forma eletrônica, para o Conselho Regional dos Técnicos Industriais do Estado do Rio de Janeiro – CRT-RJ, estando presentes os elementos necessários à identificação do objeto, seu custo e todos os critérios para participação de forma clara e concisa.

Rio de Janeiro, 01 de junho de 2026

GILBERTO SILVA

PALMARES:29595762768

**Gilberto Silva Palmares**

Presidente CRT-RJ

Assinado de forma digital por GILBERTO  
SILVA PALMARES:29595762768  
Dados: 2026.06.01 17:33:07 -03'00'

